



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35014.256193/2020-39

Interessado: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE
PAU DOS FERROS, Banco BMG S/A, MARIA ALVES

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 06
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1820738** e o código CRC **D34ECA90**.

Referência: Processo nº 35014.256193/2020-39

SEI nº 1820738



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PAU DOS FERROS
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE FAZENDA PÚBLICA
Av. Senador Dinarte Mariz n.º 570 – Pau dos Ferros/RN – Fone: (84) 3351-3975, e-mail: pfriespcc@tjrn.jus.br

SIPPS/DIRBEN Nº:
493492790

Ofício nº 663/2019

Pau dos Ferros/RN, 20 de setembro de 2019.

Processo n.º 0800044-29.2018.8.20.5108
Promovente: MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA
Promovido: BANCO BMG S/A

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, intimar Vossa Senhoria para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo supramencionado, tendo como parte promovente **MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA - CPF: 702.859.004-63**, benefício nº 1243746618, e parte promovida BANCO BMG S/A, bem como para adotar as medidas administrativas que entender cabíveis afim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52. Segue anexa cópia da decisão interlocutória.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,


FLÁVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito

A(o) Ilmo(a). Senhor(a)
Diretor(a) da DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - DIRBEN / INSS
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º andar, Brasília/DF
CEP 70070-946
e-mail: dirben@inss.gov.br

Recebido em 40/10/2019
Diretoria de Benefícios



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PAU DOS FERROS
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA



Processo n: 0800044-29.2018.8.20.5108
Promovente: MARIA ALVES DO NASCIMENTO SOUZA
Promovido: BANCO BMG S/A

SENTENÇA

Vistos etc.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

Fundamento. DECIDO.

Em primeiro lugar, analisando as preliminares de litispendência e conexão envolvendo o processo 0800045-14.2018.8.20.5108 e o presente feito, por supostamente tratarem das mesmas partes e causa de pedir, verifico, entretanto, que os contratos de empréstimo questionados na inicial das citadas demandas são diferentes, ou seja, decorrem de relação jurídica diversa. Nesses termos, resta assim prejudicada a reunião dos processos para julgamento, mesmo porque encontram-se em estágios distintos.

Já em relação à preliminar de incompetência do Juizado Especial, verifico que não se faz necessária a realização de perícia, uma vez que sequer a demandada trouxe aos autos o contrato supostamente celebrado entre as partes. Razão pela qual rejeito a preliminar suscitada.

No que se refere às preliminares de litigância de má-fé e falta de interesse de agir, percebo que as mesmas não merecem acolhimento, uma vez que a parte autora sentiu-se prejudicada com os descontos quem vem sofrendo em seu benefício, sendo seu direito formular pedidos perante o poder judiciário (art. 5º, inc. XXXV, da CF/88).

Noutro giro, quanto a preliminar de inépcia da inicial por ausência de documentos essenciais, esta igualmente não merece prosperar, uma vez que verifico que a exordial preenche todos os requisitos do art. 319 do CPC, bastando uma simples leitura para entender os elementos necessários e suficientes para o conhecimento do pedido, que vem acompanhado da documentação probatória. Desse modo, não se apresentando quaisquer das hipóteses do art. 330, I, e parágrafo primeiro do CPC, rejeito a preliminar suscitada.

Por fim, rejeito também a preliminar de impugnação a justiça gratuita, haja vista que o beneplácito sequer foi analisado e somente será em caso de interposição de recurso pelo demandante, dado que, a teor do art. 54 da Lei n.º 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Além disso, segundo dispõe o art. 99, §3º, do CPC, presume-se verdadeira a alegação de

insuficiência deduzida por pessoa natural.

Sem outras preliminares ou questões processuais para analisar, passo ao julgamento de mérito.

Destaque-se que encontra-se consubstanciada a hipótese de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC, pois o deslinde da causa independe da produção de provas em audiência, havendo, ademais, possibilidade do julgamento do processo no estado em que se encontra.

A situação narrada na inicial enseja a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, eis que patente uma relação de consumo que vincula as partes, trazendo à inteligência dos arts. 2º e 3º, da Lei nº 8.078/90. Ademais, impende consignar que a relação entre as instituições financeira e seus clientes enquadra-se no conceito legal de relação consumerista, conforme, aliás, orientação consolidada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 2591, Relator Ministro EROS GRAU) e do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 279). E por constatar a hipossuficiência do consumidor no que tange à produção de provas, é que fora decretada a inversão do ônus, com escopo no art. 6º, VIII, do CDC (ID. n.º 29916422).

O objeto principal da presente ação gira em torno do fato da parte autora alegar que estaria sofrendo descontos mensais, supostamente indevidos, na conta em que recebe seu benefício previdenciário de pensão por invalidez, em razão de Cartão de Credito, que nega ter celebrado, conforme o histórico de consignações de ID. n.º 29322507.

Em sede de contestação, o promovido sustenta a legalidade dos descontos, juntando aos autos o comprovante de transferência de valores ID. n.º 31042162 e histórico de faturas ID's. n.º 31042055, 31042084, 31042088, 31042096, 31042099, 31042105, 31042118 e 31042152. Contudo, o banco limitou-se a trazer apenas alegações genéricas e sem nenhum fundamento fático probatório, já que ignorou a inversão do ônus da prova e durante a instrução não se desincumbiu de provar a regularidade do contrato ora questionado, haja vista que não o anexou.

Desse modo, não há como a parte ré se eximir da culpa alegando que agiu no exercício regular de um direito, uma vez que, sequer comprovou a legalidade do débito, visto que não apresentou documentos capazes de convencer este Juízo de suas afirmações.

Assim, ausente a comprovação da eventual contratação pela parte demandada, a dívida é inexistente por extensão, caracterizando o ato ilícito passível de indenização. No entanto, ao deixar de apresentar documentação relacionada à alegada contratação, acabou por atribuir verossimilhança à tese autoral.

Sendo assim, não provada a celebração do contrato de Cartão de Credito, deve a parte demandada suportar os efeitos do ônus da prova:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR. DIREITO DO CONSUMIDOR. BANCO. PENSIONISTA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO AUTOMÁTICO NOS PROVENTOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. TED NÃO APRESENTADO. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DETERMINADA. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO

MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO CPC. RECURSO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO (0010947-76.2017.8.20.0102, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 03/09/2018).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. BANCO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SEGURO NÃO CONTRATADO. DESCONTOS INDEVIDOS NOS PROVENTOS DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTURAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. **SERVIÇO NÃO CONTRATADO. CONTRATO NÃO APRESENTADO NOS AUTOS. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO NCPC.** RECURSO. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO PARA REPARAR OS DANOS MORAIS SUPOSTADOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (0802258-67.2016.8.20.5106, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 12/06/2017).

Dessa forma, com base nas razões acima e na Lei n. 10.820/2003, nos arts. 104, 166, IV e 169, todos do Código Civil e na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, é de rigor a declaração de nulidade do contrato ora questionado.

O demandante faz jus à restituição dos valores relativos aos descontos do cartão objeto da demanda. Não há que se falar, contudo, em repetição em dobro com fundamento no art. 42, parágrafo único, do CDC, eis que ausente a demonstração de má-fé do contratante, na esteira do entendimento do STJ (*Agravo regimental em recurso especial: AgRg no AREsp 225393 RJ 2012/0186878-9, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJ.: 23/04/2013, DP.: 07/05/2013*).

No tocante ao pedido de indenização por danos morais. No caso posto, o dever da demandada indenizar a parte autora repousa na prática de ato ilícito (art. 927 c/c art. 186 do CC) consistente em realizar cartão de crédito vinculado à pensão por invalidez do consumidor sem a observância das normas aplicáveis ao contrato em espécie.

A jurisprudência perfilha o entendimento no sentido da configuração do dano moral decorrente de contrato realizado de forma fraudulenta. Ilustrativamente, cito os seguintes precedentes:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral. 2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **DESCONTOS INDEVIDOS EM APOSENTADORIA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO.** ERRO GROSSEIRO NA ASSINATURA APOSTA NOS CONTRATOS. RUBRICA EM TOTAL DISPARIDADE COM A ASSINATURA CONSTANTE NA PÁGINA FINAL DO CONTRATO. EVENTO FRAUDE INCONTESTE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. **DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADO.** SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 3.000,00. ATENDIMENTO AS DUAS FINALIDADES, COMPENSATÓRIA E PUNITIVA. AUTORA PESSOA IDOSA. PRIVAÇÃO DE RENDA DE CARATER ALIMENTAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO NOS TERMOS DO ESTATUTO DO IDOSO. (0807115-93.2015.8.20.5106, Rel. Gab. do Juiz Valdir Flávio Lobo Maia, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 29/04/2016).

Com base nas circunstâncias supra e levando em consideração o ato ilícito praticado contra a parte autora consistente na realização de desconto indevido no benefício previdenciário de 1 (um) salário-mínimo, recurso mínimo para a subsistência da autora, o potencial econômico do ofensor (reconhecida instituição financeira), o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes pelos tribunais, concluo que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) é justo e razoável, sendo suficiente para compensar a parte autora pelo dano efetivamente suportado, afastado o enriquecimento sem causa, bem como para desestimular que a parte requerida reitere na conduta ilícita.

Por fim, tendo em vista a nulidade do contrato, resta prejudicada o pedido feito na contestação de restituição/compensação do valor da condenação da parte demandada em razão do valor disponibilizado pelo empréstimo concedido. Isto porque os serviços e os produtos enviados sem a solicitação do consumidor são considerados amostras grátis, nos termos do artigo 39, parágrafo único, do CDC. Se a parte requerida forneceu um serviço sem solicitação do consumidor ou com desobediência legal, o fez por sua liberalidade, devendo sofrer o ônus por tal conduta abusiva. Assim, não há enriquecimento sem causa do consumidor caso lhe tenha sido enviado algum valor ou produto. Se houve de fato valor transferido em favor da parte autora, este foi considerado brinde.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pleitos autorais para o fim de, nos termos do art. 487, I, do CPC:

- a) **DECLARAR** a nulidade do contrato de Cartão de Credito de nº. **13053656**, vinculado ao benefício previdenciário da parte demandante (**NB. 1243746618**);
- b) **CONDENAR o BANCO BMG (CNPJ N. 61.186.680/0001-74)**, a restituir na forma simples todos os valores que houver indevidamente descontados do benefício da parte autora relativos ao contrato ora declarado nulo, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir de cada desconto (Súmula 43 - STJ) e acrescida de juros de 1% ao mês, a contar da citação;
- c) **CONDENAR o BANCO BMG (CNPJ N. 61.186.680/0001-74)**, a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362 - STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a incidir desde a citação;

d) **INDEFIRO** o pedido contraposto.

Oficie-se a Agência da Previdência Social do INSS desta Comarca DETERMINANDO a imediata exclusão de cobrança de parcelas consignadas no benefício da parte autora (**NB. 1243746618**) relativa ao contrato ora declarado nulo (contrato n. **13053656**), nos termos do art. 44, §1º, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Determino que seja oficiada a Diretoria de Benefícios – DIRBEN do INSS, através do e-mail dirben@inss.gov.br, para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas administrativas que entender cabíveis, conforme determina o art. 52 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Sem custas e condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Submeto, nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do Juízo de Direito.

Após, publique-se, registre-se e intimem-se.

Pau dos Ferros/RN, 19 de setembro de 2019.

FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS

Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: **FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS**
19/09/2019 14:20:35
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **49030751**



19091914203484200000047386152

CONTRATO
ECT/II-ECT/RN
PFS Nº 9912153799

Destinatário: Diretor(a) da Diretoria de Benefícios-DIREBEN/INSS
Setor de autarquias Sul, s/n
Qd. 2, bloco 0, 8º andar Asa Sul
70070-946 Brasília/DF

Recebedor: _____
Assinatura: _____

Documento: _____

BO025425690BR

Carta
982209131 / 2010 / 006-001
TRIBUNAL AGRICOLA
CONEXOS

AR
Data de Postagem
30/09/2019



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35014.256193/2020-39.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador 5468987 e o código CRC EE26A88A.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.256193/2020-39

SEI nº 5468987